



Representações sociais sobre agricultura familiar para alunos de licenciatura em educação do campo residentes da Zona Rural

Paula do Valle¹

Edna Maria Querido de Oliveira Chamon²

Angela Miche Suave³

Alexandre Magna Rodrigues⁴

RESUMO: O objetivo deste trabalho foi identificar representações sociais de moradores do campo licenciandos em Educação do Campo sobre agricultura familiar. Estudo transversal, exploratório, descritivo, com abordagem qualitativa e embasamento teórico na Teoria das Representações Sociais. Aplicou-se questionário para caracterização sociodemográfica e prática da agricultura familiar. Foram coletados dados cartográficos e textuais. Participaram do estudo 20 estudantes com idade média de 27 anos (10,28). Dos 20 estudantes, 80% (16) cultivavam hortas em casa e 85% (17) cultivavam pomares, cuja principal finalidade era autoconsumo. A agricultura familiar é representada como prática sustentável, cultural, praticada pelo núcleo familiar, produtora de alimentos saudáveis, sem agrotóxicos e promotora de qualidade de vida, geradora de renda e voltada para autoconsumo. As concepções sobre agricultura familiar estão relacionadas ao tipo de agricultura praticada pelo grupo, às informações recebidas da comunidade, meios midiáticos e familiares, não ao conceito técnico sobre esse tema.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento Humano; Alimentação; Práticas Alimentares; Representações Sociais.

SOCIAL REPRESENTATIONS OF FAMILY FARMING FOR UNDERGRADUATE STUDENTS RESIDENTS OF THE COUNTRYSIDE

ABSTRACT: The objective of this study was to identify social representations of rural dwellers graduating in Rural Education on family agriculture. Cross - sectional, exploratory, descriptive study with a qualitative approach and theoretical basis in Theory of Social Representations. A questionnaire was applied for sociodemographic characterization and practice of family agriculture. Cartographic and textual data were collected. Twenty students with a mean age of 27 years participated in the study (10,28). Of the 20 students, 80% (16) cultivated gardens at home and 85% (17) cultivated orchards, whose main purpose was self-consumption. Family farming is represented as a sustainable practice; Cultural and practiced by the family nucleus; Producer of healthy food, without pesticides and promoter of quality of life; Generating income and aimed at self-consumption. The conceptions about family agriculture are related to the type of agriculture practiced by the group, the information received from the community, media, and family, not the technical concept on this theme.

KEYWORDS: Human development; Food; Eating Practices; Social Representations.

¹ Nutricionista e Mestra em Desenvolvimento Humano pela Universidade de Taubaté. E-mail: dovalle.paula@yahoo.com.br

² Professora da Universidade de Taubaté, Doutora em Psicologia pela Université de Toulouse II (Le Mirail) e Pós-Doutorado em Educação pela UNICAMP. E-mail: edna.chamon@gmail.com

³ Professora da Universidade de Taubaté, Doutora pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social pela PUC/SP. E-mail: michelesuave@hotmail.com

⁴ Professora da Universidade de Taubaté, Doutora em Ciências pela UNIFESP. E-mail: alexandramagnarodrigues@gmail.com

INTRODUÇÃO

A agricultura familiar desempenhou papel fundamental no desenvolvimento de países que apresentam, contemporaneamente, altos índices de desenvolvimento humano, estruturando sociedades mais igualitárias. Este processo deu-se na medida em que o acesso à terra foi garantido pelo Estado e contribuiu para a transição apropriada de uma sociedade cuja base era a agropecuária para uma outra, urbana e industrializada (GUANZIROLI *et al.*, 2001).

A agricultura familiar constitui a principal atividade laboral no campo, fazendo-se necessário o estudo das atitudes, crenças, simbolismos e opiniões de seus atores sociais a respeito daquilo que produzem. Contudo, a literatura científica acerca de representações sociais sobre a agricultura familiar é limitada, especialmente em estudos com a população que vive no campo. O interesse sobre esse grupo recai com frequência em questões relacionadas ao trabalho na lavoura e educação, sendo os simbolismos próprios das representações sociais ainda pouco elucidados.

Historicamente, a agricultura familiar está representada no imaginário da população como uma forma ultrapassada de cultivo de alimentos, associando-se ao campo a noção de pobreza e atraso; no entanto, relaciona-se também à saúde, às desigualdades sociais e à economia dos próprios agricultores, assim como do país (CLAY; CHAMON; RODRIGUES, 2016).

Para ser caracterizada como produtora em regime de agricultura familiar, uma propriedade rural deve atender aos seguintes critérios, segundo a Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006:

Não deter, a qualquer título, área maior do que quatro módulos fiscais; utilizar predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas desenvolvidas em seu estabelecimento ou empreendimento; ter renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; ter percentual mínimo de renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; dirigir seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006a).

Para Neves (2012, p. 34), agricultura familiar corresponde a “princípios de gestão das relações de produção e trabalho sustentadas em relações entre membros da família, em conformidade com a dinâmica da composição social e do ciclo de vida de unidades conjugais ou de unidades de procriação familiar”.

Dados do Censo Agropecuário, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), indicam que cerca de 10,1 milhões de pessoas trabalham na agricultura familiar, representando 67% da mão de obra dos estabelecimentos

agropecuários. O Censo revelou que havia em torno de 3,8 milhões de estabelecimentos de agricultura familiar no país, representando 77% do total dos estabelecimentos agropecuários. No entanto, estes produtores representavam apenas 23% da área ocupada por estabelecimentos agropecuários. Cerca de 81% dos agricultores familiares foram identificados como proprietários de suas terras, porém 466 mil encontravam-se na condição de arrendatário, parceiro ou ocupante, sendo estes acessos temporários e/ou precários. O tamanho médio das propriedades familiares era de 18,37 hectares, e das não familiares era de 309,18 hectares. Esta é a representação numérica da desproporcional relação entre latifúndio e minifúndio, na qual um produz grandes quantidades de um só produto e o outro produz quantidades menores de diversos produtos (BRASIL, 2017).

A análise da relação da agricultura familiar para moradores do campo é o que este texto se propõe a estudar. Adotar-se-á a perspectiva da psicologia social, mais especificamente, a da teoria das representações sociais. É de interesse deste estudo discutir de que forma os alunos de licenciatura em Educação do Campo moradores da zona rural representam a agricultura familiar e de que forma essa representação influencia suas práticas sociais e é influenciada por elas. Portanto, o objetivo deste estudo é identificar as representações sociais sobre agricultura familiar para alunos de licenciatura em Educação do Campo residentes na zona rural do Vale do Paraíba do Sul/SP.

MÉTODO

O curso de licenciatura em Educação do Campo, realizado no escopo do Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (Procampo), foi oferecido entre os anos de 2012 e 2015 em uma Universidade pública do Vale do Paraíba do Sul/SP e contava com 52 alunos. Após a autorização para realização do estudo, e aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa (parecer nº 949.460/15), a coleta de dados foi realizada no ano de 2015, no tempo-escola dos alunos, período com duração de cerca de um mês em que foram ministradas as aulas teóricas do curso e quando os instrumentos de coleta foram aplicados pelas pesquisadoras. Todos os licenciandos foram convidados a participar da pesquisa e 20 deles, residentes da zona rural do Vale do Paraíba, aceitaram o convite.

Inicialmente, foi solicitado que se expressassem por meio de desenho cartográfico e descrevessem, por meio de um texto, o que lhes representava a agricultura familiar dentro do contexto da vida no campo. O emprego da cartografia na obtenção de representações sobre o espaço parte do princípio de que “a configuração territorial, ou configuração geográfica, tem [...] uma configuração material própria, mas sua existência social, isto é, sua existência real, somente lhe é dada pelo fato das relações sociais” (SANTOS, 2008). Ao efetivar as relações sociais, o homem atribui

valores e significados a seu espaço geográfico. Sem esses valores, significados e relações sociais há apenas a configuração geográfica daquela área. Sendo o campo o espaço habitado pelos participantes deste estudo, buscou-se identificar como o grupo representava a agricultura familiar e os alimentos orgânicos, que são práticas próprias do território rural.

O material cartográfico serviu como meio de sensibilização para que o grupo pensasse no território do campo, refletisse e descrevesse sobre a temática em estudo. Basicamente, foi utilizado para ilustrar a fala do grupo social em questão.

Foi solicitado aos alunos que, graficamente, respondessem a seguinte questão: “Pensando no contexto do campo, desenhe o que significa para você a agricultura familiar”. Após a elaboração da representação cartográfica, foi pedido que explicassem o desenho na forma de um texto escrito. A pergunta agora teve o seguinte formato: “Descreva, na forma de um texto, o significado do desenho criado por você, lembrando sempre da questão: O que significa para você a agricultura familiar?”.

Posteriormente à etapa descrita, foi aplicado um questionário buscando caracterizar o grupo em questão, quanto aos aspectos sociodemográficos e ao entendimento da prática da agricultura familiar.

Assim, a abordagem metodológica da pesquisa privilegiou uma triangulação de métodos (desenho, escrita, questionário), a fim de apreender, a partir de diferentes ângulos, a representação social do grupo sobre a agricultura familiar.

Os dados sociodemográficos (sexo, idade, estado civil, ocupação, município) e aqueles relacionados à prática da agricultura familiar (ocorrência, finalidade e tipo de cultivo, considerar-se praticante de agricultura familiar e exercer atividades fora de casa) foram tabulados no software Microsoft Office Excel®, para elaborar a caracterização da amostra.

Os dados cartográficos e textuais foram analisados a partir do referencial teórico da Teoria das Representações Sociais, proposta por Moscovici (2015), utilizando a análise de conteúdo nos moldes propostos por Bardin (2016). Essa etapa se deu por meio da identificação dos elementos constituintes das representações sociais sobre o objeto de estudo, caracterizando opiniões, crenças e valores relativos à agricultura familiar.

A partir do texto escrito pelo grupo participante buscou-se apreender as representações sociais referentes do grupo sobre a agricultura familiar, assim como os sistemas simbólicos que as envolvem. Esta forma de analisar os dados, como se verá, mostrou-se adequada aos objetivos da pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Iniciando a discussão dos resultados, apresenta-se o perfil do grupo participante dessa pesquisa. Nesse aspecto, Jodelet (2001) coloca que, nos estudos sobre RS,

há de se responder: “Quem fala? De onde fala? Do que fala? E para que fala?” Ao caracterizar o grupo, responde-se “Quem fala?” e “De onde fala?”.

A Educação do Campo surge como um fenômeno que tem como atores principais os trabalhadores do campo e suas organizações, e tem por objetivo incidir sobre políticas educacionais dos trabalhadores do campo (CALDART, 2012). Tem sua história e sua origem juntamente com a história dos movimentos agrários, e nasceu da necessidade de construção de políticas educacionais que atendessem às necessidades dos sujeitos desses movimentos. Sua origem ocorre com os movimentos sociais e substitui o conceito de Educação rural, na medida em que considera o espaço do campo um espaço de vida, sendo a educação a possibilidade de seu desenvolvimento (FERNANDES, 2011).

Em oposição à perspectiva de educação rural, a Educação do Campo tem em sua essência o pensar sobre as especificidades do Campo e de seu desenvolvimento, atendendo às necessidades dos sujeitos do campo e às características desse território (CALDART, 2012; CHAMON, 2014).

Mais do que um outro modelo de educação, a educação do campo se pretende um modelo contra-hegemônico, que se opõe ao discurso liberal de uma educação instrumental para o campo e o substitui por um discurso próprio, construído na experiência vivida e no território para a realização da existência (CHAMON, 2016; FERNANDES, 2006). Um dos grandes desafios enfrentados pela Educação do Campo refere-se ao encontro entre o conhecimento tradicional e o técnico-científico. A tensão entre essas duas formas de conhecimento é a materialização de uma das antinomias clássicas que organizam o pensamento: a oposição teoria-prática (MARKOVÁ, 2006).

A Educação do Campo equilibra-se entre dois polos extremos e, ambos, nocivos ao processo educativo (CHAMON, 2016). De um lado, é preciso evitar uma concepção puramente tecnicista, que vê a prática como consequência imediata de sistemas de conhecimento abstratos. De outro, é preciso também se precaver contra a pura empiria, que centraliza a educação na experiência imediata e acaba por rejeitar o conhecimento historicamente acumulado. No dizer de Marx (2010, p. 128), “a natureza não está, nem objetiva nem subjetivamente, imediatamente disponível ao ser humano...”. A prática de caráter formador dialoga com o conhecimento já construído e fundamenta-se na construção de um fazer significativo: é uma prática ao mesmo tempo aderente ao saber instituído e crítica desse saber.

Esse desafio está posto para a Educação do Campo, mas não está superado, como discute Oliveira (2008), ao analisar diversas propostas concretas de Educação do Campo implantadas no Brasil.

Tal desafio se faz muito presente neste estudo. Os alunos estão inscritos num

contexto de educação, especificamente de Educação do Campo, elaborando e compartilhando saberes a partir de suas vivências, informações e crenças. Eles estão imersos em um universo técnico-científico, próprio da formação que estão cursando, e, ao mesmo tempo, vivem a vida e o cotidiano do campo em suas comunidades de origem, nas quais o conhecimento tradicional é cultivado ao longo das gerações. Nos termos próprios da TRS, os alunos estão expostos ao universo consensual e ao universo reificado.

No universo consensual os indivíduos são vistos como “[...] iguais e livres, cada um com possibilidade de falar em nome do grupo e sob seu auspício. [...] Eles] podem ser encontrados expressando suas opiniões, revelando seus pontos de vista e construindo a lei”. (MOSCOVICI, 2015, p. 50-51). Assim, os alunos usam o conhecimento existente no seu entorno, trabalham esse conhecimento, discutem esse conhecimento e constroem representações com eles.

Já no universo reificado “[...] a sociedade é vista como um sistema de diferentes papéis e classes, cujos membros são desiguais. Somente a competência adquirida determina seu grau de participação de acordo com o mérito [...]” (MOSCOVICI, 2015, p. 51). Na formação de Educação do Campo, há uma ciência ensinada, distinta do construído no universo consensual, que é apresentada aos alunos. As representações sociais que eles construíram sobre a agricultura familiar ao longo de suas existências vão ser expostas a novas influências, a um novo conhecimento (reificado). Esse novo sofrerá um processo reformulação para ser integrado na rede de categorias preexistentes, em um processo denominado ancoragem, incorporando-se a uma representação social - agora atualizada com novos elementos - da agricultura familiar.

CARACTERIZAÇÃO DO GRUPO

Participaram da pesquisa 20 alunos do quinto período de do curso de licenciatura em Educação do Campo. Verificou-se que 55% (11) eram do sexo masculino e a idade variava de 20 a 59 anos, sendo a média de 27 anos (10,28). Quanto ao estado civil, 65% (13) eram solteiros, 30% (6) casados e 5% (1) viúvo.

Dois municípios do Vale do Paraíba paulista estavam representados nesta amostra, Cunha (65%) e Natividade da Serra (35%). De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), o município de Cunha possuía 21.866 habitantes, sendo 9.699 (44%) residentes na zona rural e 12.167 (56%) na zona urbana. Em Natividade da Serra havia 6.678 pessoas, sendo 3.890 (58%) habitando a zona rural e 2.788 (42%) na zona urbana.

O Quadro 1 mostra a ocupação dos alunos do curso de licenciatura em Educação do Campo no momento da realização da pesquisa.

Quadro 1 – Distribuição dos alunos de licenciatura em Educação do campo residentes na zona rural do Vale do Paraíba do Sul/SP, segundo ocupação.

Ocupação	Frequência (%)
Estagiário	30
Agricultor/pecuarista	15
Funcionário público	15
Sem ocupação	15
Não informou	5
Outros	20
Total	100

Fonte: Elaborado pelos autores.

Verificou-se, que apesar de os municípios terem cerca de metade da população vivendo na zona rural, a minoria dos alunos participantes da pesquisa exercia atividades laborais na agricultura e que, naquele momento da realização da pesquisa, todos recebiam bolsa de estudos do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – Diversidade (PIBID – Diversidade), do Governo Federal, como incentivo e auxílio para a realização do curso de licenciatura em Educação do Campo.

Embora a maioria dos alunos tenha declarado que havia em suas residências o cultivo de hortas (80%) e pomares (85%) pela família, observou-se que tais plantios destinavam-se, principalmente, para o autoconsumo (Quadro 2) e que apenas 50% (10) dos alunos disseram praticar a agricultura em seus núcleos familiares, seja como atividade laboral ou o plantio para o autoconsumo.

Quadro 2 – Finalidade de hortas e pomares cultivados por familiares dos alunos de licenciatura em Educação do campo, residentes da zona rural do Vale do Paraíba do Sul/SP.

Finalidade de hortas e pomares	Frequência (%)
Autoconsumo	77,8
Venda	5,6
Autoconsumo e venda	16,6
Total	100

Fonte: Elaborado pelos autores.

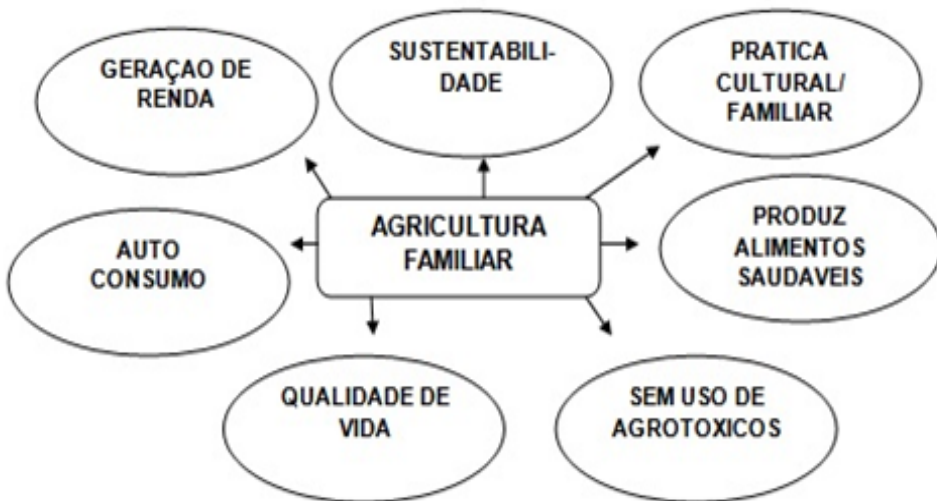
Os resultados apresentados mostram que, apesar de os alunos participantes da

pesquisa residirem em municípios com atividade rural importante, viverem em comunidades rurais e as famílias cultivarem hortas e pomares em suas residências, a maioria deles não exercia atividade profissional na agricultura e provavelmente encontrou no curso de licenciatura em Educação do Campo a oportunidade para a ter uma profissão de nível superior, ao mesmo tempo que tal formação poderia possibilitar a continuidade da convivência com a comunidade de origem e a valorização da cultura e saberes do campo.

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE AGRICULTURA FAMILIAR

Considerando os alunos de licenciatura em Educação do Campo enquanto grupo e a agricultura familiar como objeto, pode-se avaliar de que modo esse objeto se mostra relevante para o grupo e demanda uma tomada de posição. Como se verá mais adiante, os alunos buscam construir uma imagem da agricultura familiar e colocá-la dentro das categorias de conhecimento próprias do grupo. A Figura 1, obtida a partir da análise de conteúdo dos textos dos alunos sobre agricultura familiar, identifica os elementos que integram as representações sociais em relação à agricultura familiar.

Figura 1 – Representações sociais sobre agricultura familiar para os alunos de licenciatura em Educação do campo, residentes da zona rural do Vale do Paraíba do Sul/SP



Fonte: Elaborado pelos autores.

Vê-se que o eixo principal, formado pela agricultura familiar, está ligado à geração de renda, à sustentabilidade, à prática cultural, à produção de alimentos saudáveis, ao não uso de agrotóxicos, à qualidade de vida e ao autoconsumo. Algumas representações são ligadas às práticas sociais cotidianas, como a sustentabilidade, aspecto presente no senso comum de moradores do campo por se tratar de uma população que tira seu sustento da natureza e é culturalmente ensinada a preservar o meio ambiente.

Para o grupo estudado, a família é concebida como aquela composta por pai, mãe, filhos e netos. O foco é o núcleo familiar. Os respondentes colocaram a agricultura familiar como orgânica, produtora de alimentos saudáveis e contribuidora da qualidade de vida. Não se deve esquecer que eles próprios estão ligados a esse tipo de agricultura. Daí a inclusão do “sem uso de agrotóxicos” e de verem a agricultura familiar como voltada, basicamente, ao autoconsumo.

A análise desses conteúdos representacionais sugere a existência de três eixos em torno dos quais se organizam as representações sociais sobre a “agricultura familiar”. Esses eixos ou classes caracterizam os discursos sobre este tipo de agricultura (Quadro 3).

Quadro 3 - Organização das representações sociais sobre a agricultura familiar para os alunos de licenciatura em Educação do campo, residentes da zona rural do Vale do Paraíba do Sul/SP.

Classe	Conteúdo da classe
Econômica-técnica- ambiental	“Sustentabilidade” “É orgânica” “Geração de renda” “Autoconsumo”
Biológica	“Produz alimentos saudáveis” “Qualidade de vida”
Identitária	“Prática cultural” “Prática familiar”

Fonte: Elaborado pelos autores.

As representações sociais apontam para as grandes linhas estruturantes que contribuem para a compreensão dos modos de pensar e agir do grupo social em questão. A primeira delas diz respeito à questão econômica-técnica-ambiental. A

comercialização dos produtos alimentícios cultivados na propriedade promove a geração de renda, fazendo com que a agricultura familiar seja vista como uma oportunidade de aumentar os ganhos da família. É o que exprime e está presente nas falas desses dois participantes:

“A família produz alimentos em sua propriedade, virando fonte de renda, de onde a família se sustenta.”

“A agricultura familiar é aumentar os ganhos da família. Independência!”

Dado semelhante foi encontrado por Guerra e Ichikawa (2013) ao investigar as representações sobre agroecologia para agricultores familiares produtores desta modalidade agrícola. Para este grupo, a agroecologia gera melhorias de renda. Segundo os autores, os agricultores entrevistados faziam parte de um grupo cuja carência de recursos financeiros era extrema antes de aderir à agroecologia. Portanto, a adoção dessa nova técnica de cultivo teve importante impacto na vida das famílias.

O presente estudo também identificou como representações sociais para o grupo que a agricultura familiar é aquela que produz alimento principalmente para o consumo familiar, não para a venda, como exposto pelos entrevistados:

“Na agricultura familiar, todos cultivam e cuidam da horta para o consumo da sua própria família.”

“Com a agricultura familiar, as famílias não precisam comprar [alimentos], pois já têm em casa. Isso é economia para toda a família.”

De acordo com Grisa e Schneider (2008), algumas características da agricultura familiar foram substituídas por outras mais modernas, como o uso de tração animal e a colheita manual, por exemplo. Tal tendência ocorreu na década de 1970 e acreditava-se que o autoconsumo logo estaria entre tais práticas extintas, o que levou os estudiosos a abordarem tal aspecto da agricultura familiar. Os autores mostram que o teoricamente esperado não se concretizou, ficando o autoconsumo como uma importante característica da agricultura familiar contemporânea.

É importante observar aqui a presença, no mesmo grupo, de elementos representacionais distintos, como a comercialização dos produtos da agricultura familiar e seu uso para consumo próprio. Ainda que não propriamente divergentes, esses elementos apontam para opiniões e valores distintos. A representação social não é equivalente a um pensamento grupal único. Os membros do grupo partilham efetivamente crenças comuns referentes a uma dada relação social – existe, portanto, um campo simbólico comum –, mas também existem variações nas tomadas de posição dos sujeitos em função de suas inserções sociais específicas (DOISE, 2002;

ALMEIDA, 2009). As representações não são apenas estruturas objetivadas em um grupo, mas construção de referências que orientam o debate social, permitindo o posicionamento em um espaço de conhecimento. Essas referências não definem de forma absoluta o conteúdo do conhecimento, mas estabelecem as condições e os termos possíveis para a elaboração desse conhecimento (WACHELKE; CAMARGO, 2007).

Neste mesmo eixo foi identificada também a questão da sustentabilidade e a preservação do meio ambiente. Neste contexto, a agricultura familiar é considerada uma prática que não degrada o meio ambiente, mas sim ajuda a preservá-lo.

“A produção [de alimentos pela agricultura familiar] não degrada o meio ambiente, assim torna-se vital para todos os seres vivos do planeta Terra.”

O mesmo fenômeno foi identificado por Silva e Silva Junior (2010), ao investigar as práticas agrícolas sustentáveis de agricultores no estado de Minas Gerais. Os autores relataram que o interesse pela questão ambiental era grande, assim como o desejo de saber mais sobre o assunto, e ainda que o conhecimento existente provinha de informações midiáticas.

A problemática ambiental faz parte da vida de quem mora no campo, em razão da proximidade dessa população com a natureza, a exemplo do cultivo de alimentos e a criação de animais. Desta forma, faz-se compreensível que exista a preocupação com a preservação do meio ambiente e que esta seja aplicada às atividades desempenhadas no campo.

O respeito à natureza e à biodiversidade desempenham papel importante quando se trata de produtores de agricultura não convencional. Guerra e Ichikawa (2013) identificaram que os aspectos representacionais sobre agroecologia para um grupo de produtores familiares envolviam a preservação ambiental, consistindo em um fator importante para que estes a praticassem. Este aspecto tanto é próprio das formas alternativas de agricultura (não convencionais), que consta nos princípios a serem observados pela Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Rurais (BRASIL, 2006a).

Há uma forte relação entre agricultura familiar e alimento orgânico, na qual um parece estar necessariamente atrelado ao outro. A automática vinculação da agricultura familiar com o alimento orgânico pode ser vista como um equívoco, uma vez que a agricultura familiar pode também cultivar alimentos de maneira convencional, a exemplo dos meeiros entrevistados por Alves e Boog (2008). Estes cultivavam alimentos no formato de agricultura convencional, ainda que fossem em grupos familiares.

Representar a agricultura familiar como aquela “isenta de agrotóxicos” e

“orgânica” pode estar associada à crença de que os alimentos cultivados em suas residências sejam orgânicos e que, portanto, a agricultura familiar deva ser orgânica. Segundo Terra (2008), os agrotóxicos surgiram após a Primeira Guerra Mundial a partir de substâncias químicas desenvolvidas para fins bélicos. No entanto, somente passaram a ser utilizados na agricultura brasileira a partir da década de 1940 e a intensificação de seu uso deu-se a partir dos anos de 1970, a partir da Revolução Verde.

Nesse sentido, a associação automática de agricultura familiar com uma agricultura orgânica e isenta de agrotóxicos aponta para um processo de objetivação, no qual o conceito de agricultura familiar é simplificado, tendo certos de seus aspectos amplificados e outros omitidos. Uma imagem de agricultura familiar – o chamado núcleo figurativo da representação social – se forma em torno dos elementos “orgânica”, “sustentável”, “saudável”.

Ao mesmo tempo, a associação da agricultura familiar as ideias de uma técnica tradicional, transmitida entre gerações e que se relaciona ao saudável e à qualidade de vida indica uma ancoragem do tipo psicológico, ou seja, uma ancoragem em categorias de pensamento que não são exclusivas deste grupo, mas estão disseminadas mais amplamente na sociedade (DOISE, 1992).

Outro eixo representacional identificado sobre a agricultura familiar diz respeito aos aspectos biológicos. O grupo social estudado representa a agricultura familiar como uma forma de produzir alimentos saudáveis e melhorar a qualidade de vida. Deste modo, os benefícios à saúde estão também entre os aspectos representacionais observados. Considera-se que esta consiste numa prática que proporciona qualidade de vida de maneira geral, como declarado por um dos entrevistados:

“Consumimos agrotóxicos e transgênicos [...] assim só nos restará um único meio de transporte, o da ambulância”.

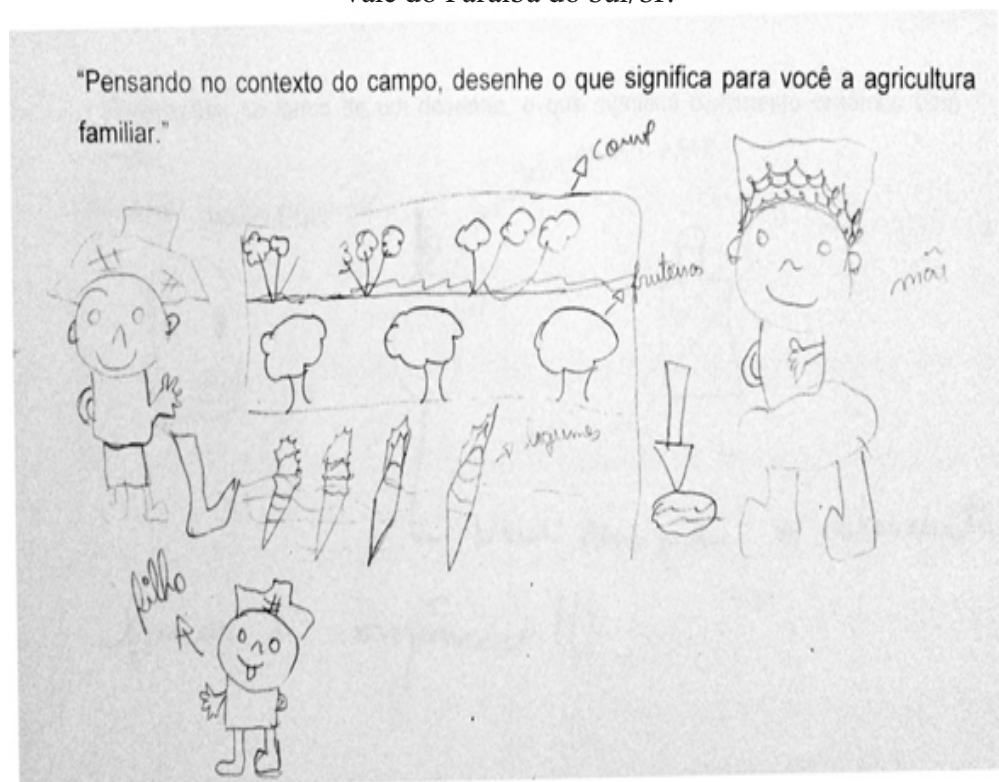
Estudo realizado por Guerra e Ichikawa (2013) encontrou também essa representação entre produtores agroecológicos, especialmente aqueles que cultivavam hortaliças. Naquele grupo, atribui-se esse valor devido à ausência do uso de agrotóxicos, o que resulta em benefício para quem consome e para quem cultiva.

É interessante verificar a consciência de que os alimentos orgânicos são saudáveis e que os convencionais podem causar doenças. Se observarmos a média de idade dos estudantes e a inserção dos produtos químicos no Brasil (1940-1970) muitos destes jovens não viveram à época de alimentos orgânicos comuns nas áreas rurais. As frutíferas (pomar) ou hortaliças e tubérculos eram plantados e consumidos na área rural sem que houvesse o manejo de agrotóxicos a não ser adubos orgânicos naturais, produzidos pelos animais. É interessante que o desenvolvimento se volta

para as formas de manejo do solo e dos plantios ditos tradicionais. Esta valorização pode melhorar a vida no campo, assim como, a saúde dos agricultores.

A última classe representacional identificada diz respeito às questões identitárias na qual o grupo em questão associa a possibilidade da prática da agricultura familiar apenas pelo núcleo familiar que se restringe a pai, mãe, filhos e netos, não se estendendo aos demais membros da família, conforme ilustra a Figura 2.

Figura 2 – Ilustração sobre o papel da família na prática da agricultura familiar para os alunos de licenciatura em Educação do campo, residentes da zona rural do Vale do Paraíba do Sul/SP.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Corrêa (1981) denomina este núcleo familiar de “família conjugal moderna”, produto da urbanização no qual o casamento não se dá por convenções sociais ou razões políticas, mas sim, pelo desejo de constituir um matrimônio, atendendo a impulsos sexuais e afetivos. O autor coloca ainda que as famílias agrícolas convencionais, nas quais outros membros do grupo familiar eram agregados eventualmente de forma que não fosse necessária uma divisão de bens, entraram em decadência

quando da era da industrialização. Assim, foi dada origem a novas maneiras de constituir o termo família, tanto no campo como na cidade.

A legislação brasileira que regulamenta a agricultura familiar mostra-se inespecífica a respeito de quais membros são considerados parte da família, portanto, não é possível afirmar que a agricultura familiar deve ser praticada exclusivamente pelo núcleo familiar, ou pela “família conjugal moderna”. Ela pode incluir outros membros do grupo familiar e ainda ser considerada agricultura familiar perante a lei (BRASIL, 2017).

Ainda dentro do eixo identitário, observa-se uma importante característica da agricultura familiar: esta é uma atividade desempenhada por famílias na zona rural há gerações, sendo os conhecimentos e técnicas ensinados dos pais e avós para as crianças desde pequenas. A transferência de sabedoria de uma geração para a outra confere a essa prática um caráter cultural, o qual está presente nas representações sociais.

A questão cultural pertence a esse contexto à medida em que o emprego de insumos químicos na lavoura teve início há pouco mais de quarenta anos, de modo que, até então, só se praticava a agricultura orgânica, a qual então foi ensinada de pai para filho por mais tempo do que a que hoje é considerada convencional. Considere-se ainda que o uso desses insumos seja mais comumente encontrado entre os grandes produtores familiares do que entre os pequenos.

No que diz respeito à agricultura convencional, este não é necessariamente um conhecimento passado de geração em geração. Da Silva et al (2014) realizaram estudo com um grupo familiar que pratica agricultura familiar orgânica, porém até meados dos anos 1990 praticava agricultura convencional. Os autores afirmam que as mudanças trazidas pela conversão de uma prática agrícola para a outra foram positivas e incluem melhorias nos aspectos econômico, cultural, social e alimentar. Tais aspectos também foram encontrados entre as representações sociais sobre agricultura familiar no presente estudo. As representações sociais refletem as principais características da vida destes sujeitos.

As representações sociais são fruto de conhecimentos de senso comum disseminados na sociedade, construídos a partir de informações recebidas ou trocadas durante experiências em um dado meio social, no qual o grupo retrabalha e comunica as práticas sociais e os conhecimentos, reorganizando suas formas de pensar e sentir. Essa reconstrução retorna e opera sobre as práticas sociais, orientando as crenças e os valores, e dirigindo a ação do grupo. Portanto, a compreensão de como o grupo representa a agricultura familiar pode auxiliar na discussão de como trabalhar com esta temática própria da vida do homem e do educador do campo no intuito de valorizar o trabalho, a cultura e o alimento produzido nas pequenas

propriedades rurais.

É importante considerar que o presente estudo foi realizado em 2015, período em que havia uma política social a fim de legitimar direitos e reduzir desigualdades na educação de brasileiros residentes na zona rural e urbana. Naquele momento, a licenciatura em Educação do Campo era fruto de uma conquista oriunda da mobilização dos movimentos sociais camponeses e foi promovida pelo governo federal com o lançamento, em 2007, do Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (Procampo).

Infelizmente, nos cinco últimos anos, as políticas públicas brasileiras construídas no início do século XXI, a partir da mobilização social, foram ou estão sendo extintas/desmanteladas, negando aos cidadãos a garantia de seus direitos sociais. A falta de investimento no Procampo é um exemplo desse retrocesso. Outro exemplo desse retrocesso foi a extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) em 2019 e a redução de investimentos no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), conquistas também vinculadas aos movimentos sociais do campo. A situação se agravou com a Pandemia causada pela Covid -19, em 2020, acentuando o cenário de instabilidade política, econômica e social registrado no país desde 2016 e ameaçando a democracia brasileira.

CONCLUSÕES

O grupo estudado representa a agricultura familiar a partir de sua própria experiência e das relações que mantém com o campo. Os significados, valores e crenças atribuídos ao objeto de estudo têm relação com a preservação do meio social em que se inserem os participantes, assim como a perpetuação das relações sociais que nele se desenvolvem. Sendo o ambiente natural parte central deste meio, sua preservação mostra-se igualmente relevante para esta população.

A representação social apreendida mostra que o grupo organiza os elementos representacionais em três eixos cognitivos: econômico-técnico-ambiental, biológico e identitário. Os resultados obtidos permitiram identificar um núcleo figurativo, fruto do processo de objetivação e que cristaliza a imagem da representação. Esse núcleo associa a agricultura familiar aos conceitos de uma agricultura orgânica, sustentável e saudável. Também, parece surgir da análise dos resultados uma ancoragem do tipo psicológico, que remete à intervenção de crenças ou valores gerais que podem organizar as relações simbólicas com o outro, que se fundamenta em categorias como “técnica tradicional”, transmitida entre gerações e que se relaciona positivamente à qualidade de vida.

O estudo provê elementos que apontam para uma representação social da agricultura familiar relacionada ao tipo de agricultura que esse grupo social pratica

e às informações que recebem da comunidade, dos meios de comunicação e de familiares, e não necessariamente ao conceito técnico estabelecido por regulamentos e diretrizes sobre esses temas.

Sugere-se que outros estudos sejam realizados com egressos dos cursos de licenciatura em Educação do campo a fim de identificar a atuação profissional e relação com aspectos próprios da vida campesina.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. M. O. Abordagem societal das representações sociais. **Sociedade e Estado**, v.24, n.3, p. 713-737, 2009.

ALVES, H. J.; BOOG, M. C. F. Representações sobre o consumo de frutas, verduras e legumes entre fruticultores de zona rural. **Rev. Nutr.**, Campinas, v. 21, n.6, p.705-715, nov./dez. 2008.

ARAÚJO, G. S. Desenvolvimento do campo e educação: concepções, contradições e possibilidades. **Entrelaçando**, [S.l.], v. 6, n.1, p.24-34, set./dez. 2012.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2016.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece os conceitos, princípios e instrumentos destinados à formulação das políticas públicas direcionadas à Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 jul. 2006a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm. Acesso em 12 Dez 2017.

BRASIL. **Censo Agropecuário 2017**. Ministério da economia. Rio de Janeiro, RJ, 2017.

CALDART, R. S. **Educação do Campo**. In: Caldart, R. S., Pereira, I. B., Alentejano, A. Frigotto, G. (Orgs.) **Dicionário da educação do campo**. RJ: FIOCRUZ, 2012.

CHAMON, E. M. Q. O. **A Educação do Campo: Contribuições da Teoria das Representações Sociais**. In: Chamon, E. M. Q. O., Campos, P. H. F. & Guareschi, P. A. (Org) **Textos e Debates em Representação Social**. Porto Alegre: ABRAPSO, 2014.

CHAMON, E. M. Q. O. As dimensões da Educação do Campo. **Educação**, v.41, n.1, p. 183-196, 2016.

CLAY, E.; CHAMON, E. M. Q. O.; RODRIGUES, A. M. Representações Sociais Sobre os Alimentos Orgânicos para Agricultores: uma Revisão da Literatura Nacional. **Desenvolvimento em Questão**, v. 14, n. 35, p. 243-273, jul./set., 2016.

CORRÊA, M. Repensando a família patriarcal brasileira. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v.37, p. 05-16, mai., 1981.

DA SILVA, K. R. *et al.* Diagnóstico rural participativo com produtores orgânicos da agricultura familiar: um estudo de caso sobre a transição orgânica no Sítio Aparecida do Camanducaia, Jaguariúna (SP). **Cadernos de Agroecologia**, v.9, n.3, 2014.

DOISE, W. Da Psicologia Social à Psicologia Societal. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 18, n.1, 27-35, 2002.

DOISE, W. L'ancrage dans les études sur les représentations sociales. **Bulletin de psychologie**, XLV (405), 189-195, 1992.

FERNANDES, B. M. **Os campos da pesquisa em educação do campo: espaço e território como categorias essenciais**. In: Molina, M. C. (Org.). Educação do campo e pesquisa. Questões para reflexão. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, p. 27-39, 2006.

FERNANDES, F. S. Futuros educadores ou professores? Um estudo sobre as representações sociais dos acadêmicos de letras da Universidade Federal do Amazonas/Humaitá sobre a carreira docente. **Educação em Revista**, v.39, p. 241-256, 2011.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Plantar pro gasto: a importância do autoconsumo entre famílias de agricultores do Rio Grande do Sul. **RER**, Piracicaba, v. 46, n. 2, p. 481-515, abr./jun. 2008.

GUANZIROLI, C.; ROMEIRO, A.; BUAINAIN, A. M.; SABBATO, A. DI BITTENCOURT, G. Desenvolvimento com equidade e agricultura familiar. In: GUANZIROLI, C.; ROMEIRO, A.; BUAINAIN, A. M.; SABBATO, A.; DIBITTENCOURT, G. **Agricultura Familiar e Reforma Agrária no Século XXI**. Rio de Janeiro:

Garamond, 2001. p. 15-16.

GUERRA, G. C. M.; ICHIKAWA, E. Y. As representações sociais da agroecologia para a agricultura familiar: a visão de pesquisadores, extensionistas e produtores rurais. **Desenvolvimento em questão**, v.11, n. 23, p. 40-73, mai./ago. 2013.

JODELET, D. **Representações sociais**: um domínio em expansão. In: Jodelet, D. (Org) *As representações Sociais*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001.

MARKOVA, I. **Dialogicidade e representações sociais**. As dinâmicas da mente. Petrópolis: Vozes, 2006.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

NEVES, D. P. **Agricultura familiar**. In: CALDART, R. S. *et al.* (Orgs.). *Dicionário de educação do campo*. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012.

OLIVEIRA, M. A. **As bases filosóficas e epistemológicas de alguns projetos de educação do campo**: do pretendido marxismo à aproximação ao ecletismo pós-moderno. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

REDIN, E. Trabalho na roça e organização da produção da família rural. Geongá: **Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia**, Maringá, v. 5, n. 2, p. 166-186, 2013.

ROSEMBERG, B.; PERES, F. Reflexões sobre a educação relacionada aos agrotóxicos em comunidades rurais. In PERES, F.; MOREIRA, J. C. (Org). **É veneno ou é remédio?**: agrotóxicos, saúde e ambiente. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2003.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: EDUSP, 2008.

SILVA, J. A; SILVA JÚNIOR, M. F. Representações sociais e agricultura familiar: indícios de práticas agrícolas sustentáveis no vale do Bananal – Salinas, Minas Gerais. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 22, n. 3, p. 525-538, dez. 2010.

TERRA, F. H. B. **A Indústria de Agrotóxicos no Brasil**. 2008.156 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

WACHELKE, J. F. R; CAMARGO, B. V. Representações sociais, representações individuais e comportamento. *Interamerican Journal of Psychology*, v. 41, n.3, p. 379-390, 2007.

WOLF, E. **Sociedades camponesas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.